

História, nacionalismo e democracia: Mito e narrativa na Hungria “iliberal” de Viktor Orbán¹

History, Nationalism and Democracy: Myth and Narrative in Viktor Orbán’s ‘Illiberal Hungary’²

Michael Toomey

Universidade de Limerick, Irlanda

Resumo: Esse artigo estuda a relação entre discurso nacionalista e a “virada iliberal” da Hungria a partir da eleição do partido Fidesz, de Viktor Orbán, no pleito de 2010, até 2015. Ele começa examinando os argumentos de autores como Jeffrey Alexander, Quentin Skinner e Tapio Juntunen para poder estabelecer um quadro teórico sobre como atores políticos constroem e manipulam mitos históricos para os seus próprios interesses políticos. Ele então passa a examinar como Orbán especificamente usou e construiu narrativas acerca do Tratado de Trianon e de Miklós Horthy, o líder húngaro do entreguerras. O artigo então argumenta que além de permitir que Orbán criasse uma barreira defensiva contra qualquer tipo de crítica de atores internacionais e domésticos, essas interpretações acerca da história húngara restauram a proeminência de uma abordagem “populista-urbanista” do entreguerras e permitem que Orbán crie uma imagem exclusiva do nacionalismo húngaro. Isso então acaba servindo para legitimar o presidente húngaro e o seu partido ao mesmo tempo em que negam aos partidos de oposição quaisquer chances de reivindicar-se como representantes do povo húngaro.

Palavras-chave: Fidesz. Hungria. Nacionalismo. Trianon. Horthy. Orbán.

Abstract: This article studies the relationship between nationalistic discourse and Hungary’s ‘illiberal turn’ from the election of Viktor Orbán’s Fidesz party in the 2010 Hungarian elections up until 2015. It begins by examining the arguments of authors such as Jeffrey Alexander, Quentin Skinner, and Tapio Juntunen in order to establish a theoretical framework for how political actors construct and manipulate historical myths for their own political purposes. It then goes on to examine how Orbán specifically uses and constructs narratives surrounding the Treaty of Trianon and Miklós Horthy, the interwar leader of Hungary. This article argues that in addition to allowing Orbán to build a defensive shield against criticism from international and domestic actors, these interpretations of Hungarian history restore to prominence the interwar-era ‘populist-urbanist’ cleavage, and allow Orbán to create an exclusionary image of Hungarian nationalism. Thus, this serves to legitimize Orbán and Fidesz, while denying opposition parties from both the right and the left the opportunity to stake claims to being true representatives of the Hungarian people.

Keywords: Fidesz. Hungary. Nationalism. Trianon. Horthy. Orbán.

¹ Tradução: Fernando Pureza (UFRN). Revisores: Natália Correia de Melo (UFPB), Pedro de Farias Leite e Silva (UFPB) e Ana Elizabete Moreira de Farias (UFPB).

² O artigo em questão foi originalmente publicado na revista *New Perspectives*, v. 26, 11, Feb. 2018. Os direitos de tradução para sua publicação brasileira foram gentilmente cedidos pelo autor e pelo periódico.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Narrativas históricas e nacionalistas na Hungria pós-2010

Desde a vitória de Viktor Orbán e do partido Fidesz na eleição parlamentar de 2010, a academia tem dado cada vez mais atenção a chamada “virada iliberal” húngara e suas consequências para a democracia no país. O crescimento das tendências autoritárias acabou vindo acompanhado de uma notável intensificação do sentimento nacionalista por parte de Orbán e muitos dos membros de seu partido, e foram facilitadas por recontagens politizadas do passado húngaro (em particular aquelas que relatam as experiências do país durante o período entreguerras que antecederam a ocupação nazista do país em março de 1944). Essa emergência se manifestou em uma série de iniciativas políticas, mas mais visivelmente nos casos que levaram a criação da Lei de Cidadania da Hungria, de 2011 (que estabeleceu a possibilidade de cidadania para qualquer falante e descendente de húngaros que viveu dentro das fronteiras do país antes de 1920), bem como na construção de uma controversa estátua na cidade de Budapest, em Szabadság Tér (“Praça da Liberdade”), comemorando “todas as vítimas” da “ocupação alemã” na Hungria durante a Segunda Guerra Mundial (e. g. Euractiv, 2014).

De certa forma, não parece haver nada de novo nisso, já que narrativas historicistas e politizadas, junto com uma série de políticas simbólicas, estiveram associadas com a política húngara ao longo do tempo. No século XX, os períodos de mudança de regime no país foram marcados pela criação de novas identidades políticas e de “verdades” históricas que se alinhavam com a perspectiva ideológica de seus respectivos governos, uma dinâmica que continuou seguindo a transição do país para a democracia no início da década de 1990 (Greskovits, 2012, p. 751). Nesse sentido, durante muitos anos Orbán e seu partido adotaram, ao menos parcialmente, a elaboração e disseminação de entendimentos históricos particulares e suas narrativas como uma ferramenta política. Um exemplo dessa postura pode ser visto na construção de associações metafóricas entre os protestos antigoverno de 2006 que ocorreram em Budapest e a Revolução Húngara de 1956 (Oltay, 2013, p. 165). Além disso, eles adotaram um “discurso vitimista”, no final dos anos 2000 e início da década de 2010 que procurava explicar a história húngara como uma série de desastres (impostos por forças externas a ela). Isso acabou abrindo espaço para a introdução de uma nova constituição para o país em 2012, como parte de um acerto de contas mais compreensivo e conclusivo em relação ao legado do socialismo soviético do que aquele que inicialmente ocorreu após a democratização no início da década de 1990 (Kovács; Mindler-Steiner, 2015, p. 54; Oltay, 2013, p. 14).

Entre 2010 e 2015, contudo, a politização da história da Hungria passou a girar ao em torno de Miklós Horthy (o líder da Hungria durante o entreguerras e boa parte da Segunda Guerra Mundial) e do Tratado de Trianon, o acordo de paz que a Hungria assinou com os aliados após sua derrota na Primeira Guerra Mundial (quando era parte do Império Austro-Húngaro). Isso fica mais evidente em iniciativas tais como a já mencionada Lei de Cidadania e a estátua da Szabadság Tér, pois elas são parte de uma “reconexão” que Orbán procura fazer com o passado húngaro pré-comunista (Rupnik, 2012, p. 135-136)³. Essa abordagem relembra e reconstrói o país sob uma lógica “urbanista-populista”, uma dinâmica crucial do período entreguerras que separou o país em dois polos distintos: um,

³ De acordo com Rupnik, essa reconexão é mais lembrada pela forma a qual ela reflete as duas principais obsessões de Horthy: sua estridente oposição ao ‘bolchevismo’ e seu desejo irridentista e de reverter as perdas territoriais do Tratado de Trianon (Rupnik, 2012, p. 135).



baseado em Budapeste, composto por liberais, socialistas e elites judias, e o outro polo, formado pelos “verdadeiros” húngaros do interior e camponeses (Gerner, 2006, p. 101).

O que é singular nessa abordagem contemporânea é seu caráter “paracronístico”: ele retrospectivamente afirma que a “nação” inteira da Hungria sofreu (e continua sofrendo) um trauma cultural coletivo que é resultado do Acordo de Trianon, o que por sua vez envolve também a construção de Horthy como um “antecessor” de Viktor Orbán – no que diz respeito ao seu status como um líder que busca meios de libertar os húngaros desse trauma. Essa narrativa realizava vários objetivos de Orbán. Permitiu que ele derrotasse seus oponentes políticos (tais como o Movimento por uma Hungria Melhor, conhecido como *Jobbik*) que antes eram considerados os grupos mais à direita do espectro político do país (embora essa percepção hoje não parece mais ser real) (Schulteis, 2018; Toth, 2018). Ela também acabou deslegitimando qualquer oposição, interna ou externa, que existisse contra Orbán e as regras do seu partido, pois jogou todos os opositores na condição de traidores da nação húngara. Mas mais importante, ela acabou permitindo que o próprio Orbán construísse um entendimento exclusivista sobre a nação húngara, o que tornou ele e seu partido os únicos representantes dos “verdadeiros” húngaros e define seus adversários como traiçoeiros usurpadores. Ao explorar esses temas, esse artigo aborda as seguintes questões:

- Como as narrativas e discursos ao redor do Tratado de Trianon e de Miklos Horthy construíram a Hungria moderna?
- Como essas narrativas e discursos informam e moldam as estratégias políticas e o sucesso de Orbán e do Fidesz?

Esse artigo começa estabelecendo um esquema analítico-metodológico que pretende dar conta da resposta a essas perguntas. Esse esquema está substancialmente baseado nas teorias de Jeffrey Alexander (2004; 2012) sobre a construção de “traumas culturais”, mas também integra a literatura especializada sobre os usos da história e sua aplicação paracrônica e anacrônica no estabelecimento de mitos, narrativas, metáforas e analogias históricas. A partir disso, irei abordar as especificidades e singularidades sobre o papel que temas como “Horthy” e “Trianon” ocupam no discurso político contemporâneo da Hungria e as razões da sua proeminência a partir das eleições parlamentares de 2010, bem como seu relacionamento para com os antigos mitos e narrativas que Orbán promulgara. Finalmente, o artigo chega à conclusão discutindo as implicações dessa forma particular de construção da história na “virada iliberal” da Hungria e como elas funcionam permitindo a concentração de poder de Orbán na cena política do país.

‘Trauma’, narrativa e as políticas de história e historicidade

Um dos primeiros objetivos desse artigo é poder explicar e desmembrar as formas pelas quais os ‘traumas’ nacionais podem potencialmente contribuir para a construção de mitos e narrativas que podem ser utilizados politicamente. Um trauma pode ser definido como uma ocorrência na qual um grupo social acredita que foi vítima de um evento traumático que deixou impactos significativos e profundos na psiquê coletiva desse mesmo grupo, o que pode durar para sempre (Alexander, 2004, p. 1). De acordo com Sztompka, para o desenvolvimento de um trauma cultural dentro de uma determinada sociedade, ela



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

deve necessariamente ter experimentado uma mudança social que contenha essas quatro características-chave: uma mudança que tenha ocorrido de forma rápida e súbita, que seja substantiva e tenha um amplo alcance de membros de uma comunidade que se sintam atingidos, que tenha causas exógenas e não causada pela própria sociedade (a menos não que ela saiba), e, por fim, que tenha sido sentida como algo inesperado, infeliz, repulsivo e/ou chocante (Sztompka, 2000a, p. 452). Sztompka também descreve um processo que, de baixo para cima, faz com que esse trauma social ou cultural seja elaborado e percebido. De acordo com essa abordagem, os traumas culturais,

aparecem apenas quando as pessoas começam a ganhar consciência de [seu] flagelo comum, quando começam a perceber as semelhanças da situação em que se encontram em relação aos outros, [e] definem ela como uma experiência compartilhada. Eles então começam a falar sobre isso, trocam observações e experiências, rumores e boatos, formulam diagnósticos e mitos, identificando causas e vilões, buscando conspirações, se decidindo a fazer algo sobre isso e eventualmente formulando métodos para lidar com o problema. Eles então debatem e até mesmo brigam e lutam uns com os outros nesse processo. Mas esses debates chegam então à arena pública, são levados pela mídia, expressos na literatura, na arte, no cinema (Sztompka, 2000b, p. 279-280).

Contudo, a existência de um trauma dentro de qualquer sociedade nunca é indisputável ou um fato social e histórico auto-evidente e nenhum evento em particular pode ser considerado traumático a priori. De acordo com Alexander, quando consideramos um dado sistema social, “[...] as sociedades podem experimentar perturbações massivas que não se tornam traumáticas [...] e para os traumas emergirem no nível da coletividade, crises sociais devem se tornar crises culturais” (Alexander, 2012, p. 15). Para Alexander, os traumas culturais coletivos não estão diretamente ligados a eventos “traumáticos”, já que nem todo evento pode ser considerado, por si só, necessariamente traumático: ao contrário, pois se eles são socialmente construídos com base nas percepções de uma sociedade antes, durante e/ou depois de um evento, isso lhe permite ser completamente imaginário (Alexander, 2004, p. 8). Ademais, ele argumenta que esses “traumas” são construídos e seu sentido é fornecido por “grupos portadores”⁴, que articulam a natureza e o significado dos traumas nacionais de acordo com seus próprios ideais e interesses materiais (Ibid. p. 11-12).

Para consolidar a ideia de que a comunidade em questão foi traumatizada perante seus membros, esses grupos portadores precisam se engajar de forma eficiente na construção de narrativas e histórias que sejam complexas e simbólicas (e, claro, potencialmente divisivas e polarizadoras) (Alexander, 2012, p. 17). Dessa forma, o “trauma” se apresenta tanto como uma construção específica da história da sociedade, como também um fato histórico material em particular. E, ao contrário do que Sztompka entende sobre o surgimento dos traumas culturais, a sua realização pode, sim, ser orientada pelas elites tanto quanto pelas classes populares. Nesse aspecto, a existência de um trauma cultural pode facilmente refletir as perspectivas, experiências e prioridades do grupo portador ou de uma parcela da elite, assim como também pode fazer parte da sociedade em que esse

⁴ De acordo com Alexander, não há necessariamente nenhuma característica específica desses grupos portadores, que podem ser “...líderes religiosos de prestígios, ou grupos cuja maioria designou como párias espirituais, geracionais, nacionais ou institucionais” (Alexander, 2004, p. 11).



grupo se encontra, em seu sentido mais amplo. Como esse processo parece ser inerentemente sujeito à interpretação, ele acaba tornando necessário que consideremos os mecanismos pelos quais a história vem a ser construída e sobre como as narrativas históricas ganham sentido.

Mesmo no âmbito mais banal, a maneira pela qual os mitos e as narrativas históricas são construídos e interpretados, bem como as lições, os sentidos e os entendimentos derivados deles, são cruciais para a forma pela qual as políticas de um Estado ou de uma organização são moldadas. Isso porque essas descrições não apenas moldam a forma na qual os membros de uma determinada comunidade podem entender e perceber seu presente, mas eles podem subseqüentemente moldar suas próprias identidades e informar o futuro comportamento desses atores, alternado as percepções sobre quais ações e relações podem ser aceitas ou não (Browning, 2002, p. 48). Bliesemann de Guevara, concordando com esse ponto, afirma que “os mitos são um dos elementos estruturantes dos discursos mais amplos que constituem os problemas políticos e que legitimam suas soluções igualmente políticas” (Bliesemann de Guevara, 2016, p. 19). A autora afirma também que para o Estado, há quatro diferentes tipos de funções sócio-políticas dos mitos históricos: as funções de determinação, o que significa o uso dos mitos para poder distorcer a linguagem e o conhecimento com o propósito de manter ou impor uma determinada ordem hierárquica; as funções de permissão, ou seja, aquelas que se referem às estratégias que organizações usam para poder lidar com influências sociais e outros dilemas; as funções de naturalização, que se referem às formas as quais certos mitos estruturam o conhecimento para permitir sua naturalização e, subseqüentemente, a cristalização de determinadas estruturas hierárquicas; e, por fim, as funções de constituição, ou seja, àquelas que constroem a significância e o sentido por meio de narrativas e paradigmas que são capazes de se confirmar como aquilo que as pessoas consideram como “conhecimento” de um determinado campo (ibid. p. 32-36).

Não existe uma única forma “correta” ou “verdadeira” para se desenvolver a pesquisa histórica e diferentes modos de análise podem servir para diferentes propósitos e funções, sem necessariamente terem uma hierarquia para saber qual é mais ou menos apropriado entre eles (Hobson; Lawson, 2008, p. 416-417). Sendo assim, então também é possível afirmar que não existe apenas uma forma de elaborar e explicar fatos e histórias. Todavia, é importante que entendamos, ao mesmo tempo, que a pesquisa histórica geralmente está com incongruências, afirmações falsas, leituras incorretas, anacrônicas ou paracrônicas acerca das intenções ou objetivos de determinados atores. Skinner, por exemplo, destaca o fato de que pesquisas históricas e historicistas estão cheias de problemas lógicos e erros factuais e que as iniciativas para resolver esses problemas – com iniciativas tais como descolar eventos e trechos de textos literários de seus contextos sociais específicos – podem gerar outros erros anacrônicos, pois historiadores acabam aplicando suas próprias expectativas e valores sobre os atores que eles estão interpretando (Skinner, 1969, p. 4-5, 12). Sendo assim, ele argumenta que “problemas perenes” não existem na filosofia (ou em qualquer outro campo) e que “só existem respostas individuais para questões individuais...e, conseqüentemente, não há sentido em estudar a história das ideias para tentar aprender, por meio dos autores clássicos, uma resposta para questões supostamente eternas” (ibid. p. 50).

Joseph Femia, ainda que concorde em grande parte com o argumento de Skinner sobre os perigos das pesquisas históricas e historicistas, acaba discordando de alguns de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

seus pontos sobre a especificidade temporal dos eventos históricos. Ele afirma que enquanto o historicismo deveria procurar assegurar que os eventos do passado não sejam completamente divorciados de seu contexto social, isso não significa que ideias históricas precisem ser acopladas diretamente no passado, como se elas não tivessem qualquer aplicação ou relevância para os eventos modernos (Femia, 1981, p. 126-127). Ele continua ainda destacando que as ideias políticas são fundamentalmente dependentes de uma determinada tradição histórica e/ou filosófica em sua gênese e desenvolvimento e muito raramente são resultado de um pensamento completamente original (ibid. p. 134). Ainda que isso possa ser verdade, o argumento de Skinner sobre a necessidade de contextualizar propriamente os eventos históricos e as pesquisas históricas ainda têm validade. Como Tapio Juntunen afirma, os mitos históricos operam por meio de uma substituição das narrativas históricas que, por sua vez, podem ou não ser profundamente específicas e contextuais, vinculadas a uma época singular, usando de metanarrativas ultrageneralistas e universalizantes (Juntunen, 2017, p. 62-63). Subsequentemente, isso pode levar observadores a enxergar “o mundo de forma mais estagnada do que ele realmente é”, assim como pode fazer com que as lições extraídas dessas narrativas míticas tão generalistas sejam aplicadas em casos e eventos que possuem apenas uma semelhança superficial com a realidade (ou nenhuma semelhança). De forma mais específica, isso leva a erros “paracronísticos”, que acabam simplificando os meandros dos eventos passados, descartando elementos importantes desses eventos para poder simplesmente fazer eles caberem dentro de sua narrativa mítica, o que pode facilmente servir aos interesses e perspectivas do presente, independente deles terem alguma coisa em comum com a realidade atual (ibid. p. 71).

Uma análise da literatura sobre esse assunto indica que muitos autores parecem focar nos problemas gerados por erros honestos cometidos durante o processo de aplicação de metáforas ou analogias históricas para problemas atuais. Porém, nós também devemos ter cuidado o suficiente para perceber que a construção de certas ideias políticas pode, de fato, ser feita a partir de leituras errôneas ou mesmo falsas de certas tradições históricas. Nesses casos, esses “erros” podem ser feitos de forma intencional, objetivando construir mitos e narrativas que lhes sejam favoráveis politicamente. Na verdade, mesmo que esses erros não seja intencionais e que o sujeito que elaborou essa narrativa esteja tentando manter um registro minimamente “honesto” da história, o vasto interesse que recai sobre essa narrativa faz com que ela seja interpretada de tal forma que possa fazer com que os erros e falhas dela sejam simplesmente ignorados ou esquecidos. Os imperativos políticos e demais preocupações existem geralmente em situação de tensão, pois estão sempre sendo colocados à prova e à debate pelos sujeitos históricos (Lazaroms; Gioielli, 2012, p. 656). Quando nós combinamos isso com nossa discussão anterior sobre as formas às quais traumas sociais e culturais são construídos por meio da elaboração de narrativas históricas (ou seja, eles não existem a priori), isso salienta a importância de entendermos a maneira pela qual tais discussões e discursos são estabelecidos, bem como entendermos quais os imperativos políticos que informam a maneira pela qual eles se estabelecem em uma dada sociedade.

Construindo traumas, tragédias e (um) salvador(es): o Tratado de Trianon e os discursos de Horthy na Hungria de Orbán



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Nessa parte, o presente artigo segue discutindo as formas pelas quais o Fidesz (e seu líder, Viktor Orbán) construiu e empregou mitos e narrativas históricas entre os anos de 2010 e 2015. Durante esse período, o uso desses mitos históricos e de suas analogias empregadas pelo partido se centraram principalmente nos eventos que ocorreram na Hungria durante o período entreguerras, mais especificamente após o Tratado de Trianon e o subsequente governo de Miklós Horthy. Não é nada controverso afirmar que tanto o tratado quanto o governo de Horthy foram alguns dos eventos mais importantes da história húngara (ao menos simbolicamente): o acordo de Trianon levou a criação das fronteiras territoriais modernas da Hungria, enquanto Horthy foi o chefe de Estado do país durante um dos períodos mais turbulentos da história da Hungria.

Porém, o significado de cada um desses eventos repousa principalmente naquilo que eles simbolizavam. Trianon, para muitos húngaros (tanto no passado quanto no presente), representava a humilhação do seu país, marcado pelo fim definitivo do Reino da Hungria, o que criou uma longa percepção entre os círculos mais nacionalistas de que os húngaros haviam sido duramente prejudicados pelos acordos pós - Primeira Guerra Mundial, bem como pelas potências estrangeiras que impuseram tais tratados (Traub, 2015). Nesse período, ainda que Horthy tenha sido o chefe de Estado do país entre 1920 e 1944, ele não era a única figura de poder no país; por vezes atores tais como os ministros István Bethlen, Gyula Gömbös e Pál Teleki, seriam mais decisivos no governo (Molnár, 2001, p. 287). Contudo, uma intensa campanha de propaganda girou no entorno de Horthy durante esse período, permitindo que ele construísse para si a imagem de militar heroico e de salvador de uma nação inteira, um homem que buscava a restituição contra as “injustiças” impostas ao país por Trianon e, com isso, restauraria a Hungria a sua honra e glória. Essa interpretação eventualmente tornou-se dominante no país, já no início da década de 1920 até os anos 1940, e acabou tendo um importante papel na legitimação do regime durante o entreguerras (Romsics, 2009, p. 98-99; Turbucz, 2014, p. 11).

Declarações oficiais relacionadas a uma possível revisitação do Tratado de Trianon têm sido uma constante na carreira política de Viktor Orbán, ao menos tem sido assim desde que ele foi eleito Primeiro Ministro pela primeira vez, em 1998. Entre esse ano e as eleições de 2006, Orbán repetidamente aborrece os países vizinhos da Hungria (ao mesmo tempo que recebe aclamação de grupos nacionalistas e diaspóricos húngaros), advogando por uma “reunificação social e cultural” de comunidades etnicamente húngaras nos países vizinhos, além de uma série de referências sobre a Transilvânia ser “parte do espaço vital húngaro na bacia dos Cárpatos” (The Economist, 2002; BBC, 2000; The American Hungarian Federation, 2004). Por outro lado, as referências positivas ao governo de Horthy são um desdobramento relativamente novo e, por volta de 2013, a figura do chefe de Estado húngaro era celebrada publicamente apenas por grupos de extrema-direita no país, em especial por aqueles ligados ao partido Jobbik.⁵ Contudo, desde então a abordagem de Orbán em relação à Horthy sutilmente se tornou mais e mais positiva. No início, isso ficou marcado pela adoção de atitudes descomprometidas e até mesmo conciliatórias em relação à criação de estátuas de Horthy em cidades como Kereki e Csokako, já em 2012, bem como a criação de uma placa comemorativa para ele na cidade de Debrecen, naquele mesmo ano

⁵ De fato, ao descobrir o monumento de Horthy na Praça Szabadság Tér, em Budapeste, os políticos do Jobbik passaram a elogiar efusivamente a figura de Horthy na “[reconstrução] do país após a violência bolchevique e a catástrofe de Trianon, que se seguiram no pós-Primeira Guerra, marcaram o período mais negro da história do país” (Jobbik, 2013).



(Dempsey, 2012; Verseck, 2012; Schleifer, 2014). Em seguida, Orbán passou a ter uma posição mais ativa ao visitar o legado de Horthy, criando, em 2014, um “Memorial das Vítimas da Ocupação Alemã”, na Szabadság Tér, em Budapeste, e demonstrando opiniões cada vez mais favoráveis para o regente húngaro do período entreguerras no ano seguinte⁶.

Trianon: paracronismo e a construção de um trauma coletivo

Após a derrota da Hungria na Primeira Guerra Mundial, o sistema político do país passou por uma dramática transformação, o que por sua vez levou à emergência do primeiro sistema político democrático sob o governo de Mihály Károlyi (Romsics, 1999, p. 90). Esse novo governo procurou comungar as diferentes divisões étnicas dentro do país, algo que já vinha acontecendo com a guerra, por meio da criação de garantias constitucionais de representação política e autonomia. Ao fazer isso, o Estado húngaro garantia que, em certo sentido, esses grupos protegeriam a integridade territorial do país. Contudo, rapidamente o governo de Károlyi e a sua capacidade de implementar essas reformas no pós-guerra (além de outras reformas sociais cada vez mais urgentes) começaram a ser postos em xeque, em especial diante do peso de um colapso econômico que se alastrara sobre o país – além das demandas territoriais de países vizinhos como a Sérvia, a Tchecoslováquia e a Romênia (ibid. p. 91-95). E de fato, segundo Kontler, já em janeiro de 1919 a Hungria democrática já havia perdido cerca de 50% do seu território e de sua população anteriores à Primeira Guerra Mundial (Kontler, 2002, p. 230).

No ano seguinte, o acordo estabelecido em Trianon confirmou essas perdas e até mesmo expandiu elas. Quase 3/4 da totalidade do território húngaro havia sido perdido e 2/3 de sua população agora se encontrava em novos Estados independentes, tais como a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a Romênia. Esses territórios, ainda que tivessem uma população majoritariamente composta por grupos étnicos pertencentes aos novos Estados independentes da região, continham também grandes parcelas de habitantes húngaros que se viram agora como minorias nesses novos países.

Essa perceptível perda de território e população é considerada a principal causa do enfraquecimento de elementos liberais e democráticos na sociedade húngara do entreguerras, o que teria levado a um subsequente crescimento no revanchismo e de plataformas radicais de caráter populista (tanto entre a direita quanto entre a esquerda) nos meses e anos seguintes (Kontler, 2002, p. 332; Ormos, 2007, p. 20 e 23). Isso levou a emergência de um breve regime de esquerda no país, liderado por Béla Kun, que acabou entrando em guerra contra a Tchecoslováquia e a Romênia para retomar os territórios perdidos. A emergência dessa república soviética na Europa Central deixou em pânico os mandatários presentes na Conferência de Paris, que por sua vez acabaram enviando tropas para os exércitos romeno e tchecoslovaco, barrando os avanços do Exército húngaro e consolidando, por fim, as novas fronteiras (Romsics, 1999, p. 106).

Nos anos seguintes, as razões pelas quais o Tratado de Trianon foi assinado passaram a ser de relevância particular para os húngaros, seguidas de interpretações sobre os eventos que diziam que não era apenas uma punição contra a derrota húngara na

⁶ De fato, nos últimos meses, Orbán passou a adotar uma postura mais explicitamente pró-Horthy, inclusive descrevendo-o como “estadista excepcional” em um discurso em Budapeste, no ano de 2017 (Balogh, 2017a). Ainda que essa declaração não esteja dentro do recorte cronológico desse artigo, ele é útil para que percebamos que a veneração de Horthy não morreu nos anos seguintes, mas ao contrário, tornou-se ainda mais inflamada.



guerra, mas também que ela era resultado da breve experiência socialista de Béla Kun. Assim, durante o período entreguerras, grupos como judeus, socialistas e quaisquer políticos democráticos e/ou progressistas (associados com os vários governos húngaros durante as negociações em Trianon) passaram a ser culpados pelos termos abusivos do tratado (Gerner, 2006, p. 98). Disso decorre que uma espécie de corte emergiu na sociedade húngara, separando de um lado os chamados “urbanistas” e do outro os “populistas”. Os “urbanistas” seriam aqueles que pertenciam às elites liberais, socialistas e judias, geralmente concentrados em Budapeste e outros grandes centros populacionais. Já os “populistas” seriam os “verdadeiros húngaros”, residentes em pequenas cidades e vilarejos, bem como nas zonas rurais do país, composta majoritariamente por camponeses (ibid. p. 101). Além disso, os “urbanistas” eram vistos como sujeitos europeus e ocidentais, enquanto os “populistas” (ao menos segundo alguns dos principais intelectuais e figuras públicas desse grupo) teriam uma identidade mais “magiar”, “asiática” ou “turânica”, ou ao menos uma identidade que poderia se dizer que não era nem “ocidental” e nem “oriental” (Esbenshade, 2014, p. 179-180).

É verdade que a sociedade húngara foi (e ainda é) profundamente afetada pelo Tratado de Trianon. Tanto Kristian Gerner como Jan-Weller Mueller argumentam que o país possui uma permanente “obsessão” – além de um ressentimento –, referente a essa época da sua história (Gerner, 2006, p. 98; Mueller, 2011, p. 7). Usualmente os nacionalistas húngaros acreditam que os termos de Trianon configuram uma injustiça ímpar sofrida pela nação.⁷ Contudo, a ideia de que o acordo é percebido como “trauma” pela base da sociedade húngara é ainda motivo de debate. Krisztián Ungváry afirma que o legado de Trianon ainda é crucial, pois criou uma situação onde os húngaros que viviam fora do Estado nacional tiveram de ser assimilados por novas culturas de novos países e isso, além da desigualdade que eles tiveram de enfrentar nesse contexto, acabou perpetuando a ideia de um “trauma de Trianon”; por outro lado, Éva Kovacs contestou a ideia de que os húngaros se veem necessariamente traumatizados pelo legado de Trianon, afirmando que o problema não é mais relevante na vida das pessoas e que ele só existe na memória cultural do país (Laczó, 2011). Um argumento semelhante feito por Gabor Egry se opõe à posição de Ungváry, dizendo que os húngaros que viviam fora da Hungria nos anos 1920 não foram universalmente vitimizados pelas autoridades romenas, tchecoslovacas ou iugoslavas, sequer foram recusados a fazer parte desses Estados, ou impossibilitados de voltar para a “nova Hungria”, se assim o desejassem. Dessa forma, a extensão do trauma gerado pelo Tratado de Trianon é bastante incerta, mesmo no imediato instante após o acordo ter sido assinado (Egry, 2012). Logo, a própria presença de um debate sobre o tema nos mostra que ainda que o tratado influencie os discursos húngaros sobre nacionalidade e democracia nos tempos atuais, o grau de elaboração desse trauma cultural ainda é uma questão difícil se formos analisar como os “de baixo” enxergam esse processo (tal como afirmou Sztompka [2000b]), dependendo assim das ações de uma elite de “grupos portadores” para o seu próprio desdobramento.

É com isso em mente que percebemos como é forte o papel de Viktor Orbán e do seu partido, o Fidesz, enquanto elite “portadora” do trauma de Trianon. Durante boa parte de

⁷ As referências quanto a injustiça dos termos do Tratado de Trianon são frequentes nos comícios do Partido Jobbik, enquanto o mapa revanchista da “Grande Hungria” geralmente é adotado e exibido por membros de grupos nacionalistas e patrióticos. Um exemplo dessa retórica apareceu durante um protesto anti-União Europeia, em Budapeste, em 2012, quando os manifestantes cantaram “Abaixo Trianon (Jobbik, 2012).



sua carreira política, as mensagens de Orbán eram baseadas no conceito de “unificação nacional”, que de certa forma se dirigia novamente ao Tratado de Trianon (Bozóki, 2011, p. 649). Ao retornar o poder em 2010, Orbán conseguiu dar respostas tangíveis referentes a introdução de uma legislação como a Lei de Cidadania e a criação de um “Dia da Unidade Nacional”⁸, relembrando pelas perdas territoriais de 1920. Com o passar do tempo, ele e seus colegas de partido têm se dedicado cada vez mais para apontar as ligações entre a dita lei, o “Dia da Unidade Nacional” e Trianon. Um exemplo disso é que os proponentes da lei que levou a criação do feriado fizeram a seguinte declaração em tom de justificativa

O Tratado de Trianon, assinado no dia 4 de junho de 1920, deixou uma marca indelével e irresolúvel sobre a consciência dos povos da Europa Central, influenciando ao longo do tempo, direta ou indiretamente, os eventos políticos e históricos da região... ainda que para alguns países Trianon signifique a realização de suas aspirações em prol de uma identidade nacional (e isso foi, sem dúvida, um avanço), mas para nós húngaros ele foi a maior tragédia do século XX. A memória nacional e o desejo de promover um futuro comum para todos os povos dos Cárpatos em que eles reivindiquem valores europeus acaba nos legando a tarefa de compreender e resolver as questões que ficaram pendentes desde Trianon. Ao mesmo tempo, isso também nos dá a oportunidade de provar que, apesar de ser uma tragédia histórica, a nação húngara, alimentada pela sua cultura e pela sua língua, é capaz de uma renovação nacional e de solucionar suas tarefas históricas (Kövér; Semjén, 2010).

A introdução da Lei de Cidadania e a criação do feriado do Dia da Unidade Nacional têm um propósito importante. Ambos têm como pressuposto a *existência* de um trauma nacional ao redor do Tratado de Trianon e tentam, de alguma forma, reconstituir esse trauma (como se o argumento fosse que, ao encontrar uma “solução”, isso significaria que havia a existência prévia de um problema que precisava de resposta). Tanto o Fidesz como Viktor Orbán, que elaboraram tais políticas e discursos, são exemplos bastante evidentes daquilo que Alexander (2012) chamou de “grupos portadores”, capazes de elaborar e articular um “trauma cultural” húngaro ao redor de Trianon.

A elaboração e articulação do trauma serve aos propósitos políticos desses grupos, pois eles tendem a aumentar a credibilidade das credenciais nacionalistas do Fidesz (já que sem elas a adoção do discurso nacionalista do partido pareceria vazia). Além disso, eles também permitem que tanto o partido quanto Orbán se apresentem como “salvadores” da nação húngara, trazendo a restituição para o país por conta de suas perdas sofridas no século XX, ou mesmo como “defensores” que irão se opor a um “segundo Trianon” que paira sobre a população. De fato, as referências dos representantes do Fidesz e outros grupos de extrema-direita retomam a necessidade de defender a Hungria contra a recorrência do desastre, algo que começou a emergir nos discursos diante da crise imigratória na Europa já no final de 2015 – e sua frequência vem aumentando nos últimos anos⁹. O regime de Orbán fez repetidas referências a esse tópico por meio do controle de

⁸ A ideia para a criação de uma celebração nacional em cima dos eventos de Trianon foi originalmente proposta pelo partido Jobbik e inclusive foi parte de sua plataforma durante as eleições de 2010. Foi somente depois desse pleito que o Fidesz adotou essa política (Biro Nagy et al., 2013, p. 245–247).

⁹ Alguns casos que fogem do recorte cronológico desse artigo podem ser importantes de destacar. No final de dezembro de 2015, o *Budapest Beacon* noticiou que János Lázár, antiga figura do governo húngaro, havia se oposto ao assentamento de refugiados na Hungria, alegando que isso poderia levar o povo húngaro a se tornar uma minoria em seu próprio país, algo que remeteria às próprias condições do acordo de Trianon (Novak, 2015);



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

fronteiras, autodeterminação e a expressão de recusa a se sujeitar às demandas vindas de estrangeiros (como as “elites de Bruxelas” ou os “liberais” da Europa ocidental).

A construção do regime de Orbán e o uso do trauma de Trianon não ficou restrita à Lei de Cidadania ou ao Dia da Unidade Nacional. Após a anexação da Crimeia feita pela Rússia, no início de 2014, combinada com o surgimento de conflitos separatistas no leste da Ucrânia, as eleições parlamentares húngaras de 2014 ocorreram e, com elas, Orbán saiu vitorioso, ostentando um discurso no qual ele exigia que os húngaros residentes na Ucrânia recebessem autonomia e que pudessem ter uma dupla cidadania (Gardner, 2014; Zalan, 2014). Ao tratar dessa questão, Orbán afirmou que “...a questão húngara está sem solução desde a Segunda Guerra Mundial” e decidiram que o governo iria buscar concessões para os húngaros na bacia dos Cárpatos (uma região que engloba Eslováquia, Ucrânia, Sérvia e Croácia, além da própria Hungria) (Zalan, 2014). Essas demandas foram rapidamente rejeitadas pelo governo ucraniano e não receberam muita consideração de outros governos na região. Contudo, dado o tratamento recebido por esses comentários e a ausência de uma escalada de ações do governo húngaro, é provável que essas afirmações feitas pelo regime não tenham sido feitas para serem levadas a sério no cenário internacional. Mas no final, a audiência que captou esses discursos foi muito mais doméstica, mais húngara¹⁰. Falas como essas acabam estimulando a ideia de um trauma cultural húngaro e reforçam a urgência na resolução desse trauma, contribuindo para a criação de uma imagem, junto à população húngara, de um Viktor Orbán vestido de “salvador nacional trágico”, que está sinceramente engajado no esforço, ainda que possa ser fútil, para reparar as “injustiças” infligidas contra a nação a partir de Trianon.

Essa abordagem é historicamente presunçosa e irresponsável, pois ela afirma que a revisão ou mesmo a retificação do Tratado de Trianon é uma questão urgente para o povo húngaro no século XXI. Ela é também paracrônica, pois se vale de um entendimento simplista da história da Hungria que retira os eventos do passado de seu contexto (por exemplo, na ideia de que uma “nação” húngara estava necessariamente “traumatizada” pelo Tratado de Trianon) para servir aos interesses de atores e atividades no presente contemporâneo. Porém, ela é uma estratégia efetiva e bem-sucedida que restaura a relevância da dualidade “populista-urbanista” atualmente, situando o próprio Fidesz do lado dos populistas. Dessa forma, qualquer oposição que exista contra o partido, no âmbito doméstico, acaba sendo rejeitada, tratada como uma versão moderna dos terríveis e corruptos “urbanistas” do passado, cuja incompetência teria sido responsável pelo Trauma de Trianon, em oposição aos incorruptíveis “populistas”. Nesse caso, o partido acaba atacando instituições específicas da sociedade civil, dizendo que são “agentes de potências estrangeiras”, ameaçando restringir o seu acesso a financiamento (Dunai; Koranyi, 2014; Nowak, 2014), ou quando Orbán descreve Bruxelas como “a nova Moscou”, ou que a União

da mesma forma, em um discurso de março de 2017, celebrando a revolução de 1848, Viktor Orbán associou livremente (ainda que não de forma explícita) a oposição ao seu governo para com os refugiados como crítica a ideia de restauração da “unidade” da nação húngara (Orbán, 2017). Em contraste, Balogh destaca também que há ligações ainda mais explícitas feitas por vários historiadores a favor do governo, bem como figuras públicas, ao relacionarem sua posição crítica ao assentamento de refugiados com o perigo de um “novo Trianon” (Balogh, 2017b).

¹⁰ Ainda que fuja do foco desse artigo, é interessante perceber a semelhança dessas táticas com outras empregadas por Orbán e o Fidesz. Um caso a se destacar seria a campanha de painéis antirrefugiados, onde esses painéis foram erigidos em todo o país com mensagens do tipo “Se você vier para Hungria, você não deve pegar os empregos húngaros”; tais mensagens eram escritas em húngaro, uma língua que poucos refugiados no país de fato dominam (Nolan, 2015).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Europeia está tentando “colonizar” a Hungria (Deutsche Welle, 2013), posições que têm bastante estima por parte dos círculos nacionalistas húngaros. Da mesma forma, a maneira pela qual o trauma é construído permite que qualquer um que conteste a narrativa de Trianon acaba sendo rapidamente enquadrado como um “urbanista” egoísta, que supostamente estaria negando a existência do sofrimento do povo húngaro – o que desvia a atenção das próprias ações do Fidesz.

O papel de Orbán como “portador” do trauma de Trianon fica evidente diante desse debate sobre a existência do trauma e sua relevância para a Hungria moderna. Contudo, isso não significa que o trauma é somente conduzido pelas elites e que o restante da população se coloca como agente passivo no processo. Como Jacques Ranciere afirma, “cada espectador é um ator de sua própria história; cada ator, cada sujeito de ação, é também espectador dessa mesma história” (Ranciere, 2009, p. 17). Nesse ponto, considerando que as narrativas de Orbán sobre Trianon são enganadoras e parciais, elas também são muito eficientes pois uma audiência receptiva ativamente opta por aceitar e internalizar tais narrativas. Isso permite ao líder húngaro moldar e dirigir a construção contemporânea do trauma de Trianon de tal forma que ele se torna capaz de extrair o máximo possível de valor político dessa narrativa.

Horthy: a construção mítica de um salvador nacional trágico

Ao contrário de Trianon, o legado popular e a memória ao redor de Miklos Horthy, é tema de grandes debates. Após o breve interlúdio do governo socialista de Béla Kun, Horthy foi alçado ao poder como regente da Hungria (ainda que efetivamente isso significasse a posição de chefe de Estado) após ter desencadeado um golpe de Estado que derrubou o regime de Kun¹¹. Tal golpe recebeu apoio direto de Grã-Bretanha e França e deu início a um período conhecido como “Terror branco”, quando tropas leais à Horthy atacaram os socialistas remanescentes e outros elementos da sociedade considerados leais ao regime (incluindo aqui judeus e liberais) (Ormos, 2007, p. 66-69). O domínio de Horthy na cena política húngara foi tão absoluto, perdurando até 1944, que Ignác Romsics comentou: “...é perfeitamente lógico que nos referimos a esse período como a era de Horthy” (Romsics, 1999, p. 129).

A Hungria, subsequentemente, inclinou-se para o extremismo de direita e o autoritarismo (embora sem se tornar um estado totalitário) no final da década de 1920 e na década de 1930, assinando alianças com a Itália Fascista e a Alemanha Nazista, em 1927 e 1939, respectivamente (Hoensch, 1996, p. 136–141; Romsics, 1999, p. 190–191). Horthy também conseguiu realizar algumas revisões parciais no acordo de Trianon. Isso incluiu um programa significativo de rearmamento, a conquista, entre 1938 e 1939, de concessões territoriais importantes da Tchecoslováquia nas regiões da Eslováquia e Rutênia, e a adição, em 1940 e 1941, de terras que anteriormente haviam sido cedidas à Romênia e à Iugoslávia (respectivamente), o que desencadeou uma onda de celebração e júbilo nacional (ibid. p. 199–201).

No entanto, esses desenvolvimentos eventualmente levariam a Hungria ao desastre,

¹¹ A indicação de Horthy como regente essencialmente tornou a Hungria um regime autocrático, tendo ele como líder. Isso era porque, ainda que legalmente o país fosse uma monarquia, ela não tinha um rei; quando o legítimo herdeiro do trono, o rei Carlos, tentou ascender ao poder em outubro de 1921, Horthy (com o apoio dos Aliados), prendeu e exilou o monarca (Lendvai, 1999, p. 381).



já que o país se encontrou do lado perdedor de mais um grande conflito internacional. Com a maré da guerra aparentemente virando contra as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, em 1943 Horthy já havia começado a enviar sinais de paz aos Aliados. Ao descobrir isso, Hitler ordenou que a Hungria fosse ocupada, em março de 1944 e, em outubro desse ano, ele deixou o país sob o controle do extremista Partido da Cruz e da Flecha (Ferenc Szálasi) como uma espécie de regime fantoche do nazismo no país. O Szálasi começou a acelerar a campanha de extermínio da população judia na Hungria, mas ele já havia começado sob a tutela de Horthy¹² (Lendvai, 1999, p. 423-424). Isso selou o destino do país, que foi ocupado pela União Soviética em fevereiro de 1945, deixando-o firmemente nas mãos dos comunistas durante a Guerra Fria.

Como resultado, o legado de Horthy para a Hungria pode ser razoavelmente argumentado como sendo de derrota e ocupação, sem sequer mencionar sua (pelo menos parcial) culpabilidade pelo destino da comunidade judaica húngara. Independentemente disso, após 2010, Fidesz e Orbán começaram uma reabilitação sutil, mas notável, de Horthy. Isso é mais evidente na redação do preâmbulo da constituição de 2011, que em certo ponto afirma

Nós compreendemos aqui a restauração da autodeterminação de nosso país, um processo que foi abortado naquele 19 de março de 1944 e durou até 2 de maio de 1990, quando o primeiro corpo de representação popular foi finalmente eleito. Consideramos o dia de hoje como o início de uma nova ordem constitucional e de uma nova democracia para o nosso país. Entendemos, pois, que após décadas de um século XX no qual estivemos em um estado tal de decadência moral, nós estamos agora diante de um cenário de profunda necessidade de renovação espiritual e intelectual... Nossa nova Lei Fundamental será a base para uma nova ordem legal, uma aliança para com os húngaros do passado, do presente e do futuro. Trata-se de uma estrutura viva que expressa o desejo da nação e a forma pela qual nós desejamos viver (Projeto constituinte húngaro, 2013).

De acordo com essa formulação, os governos simpáticos ao nazismo e ao comunismo, na Hungria, estariam explicitamente deslegitimados e, portanto, excluídos da história do país enquanto nação soberana (Bozoki, 2011, p. 659-660). Por outro lado, o período de Horthy está completamente desconectado da experiência húngara na Segunda Guerra Mundial, sem qualquer responsabilidade pela ocupação alemã que se seguiu após ele. Assim, a sua regência passou a ser normalizada e inclusa na história de autodeterminação húngara, estabelecendo assim uma ligação direta entre o seu regime e o atual governo de Orbán¹³. Posteriormente, em 2014 o Fidesz decidiu erguer outro monumento na Szabadság Tér (em separado do busto de Horthy, que fica na mesma praça e a qual foi referido na nota 9), uma celebração para comemorar as “Vítimas da Ocupação Alemã”¹⁴. O monumento retrata uma águia gigante atacando uma estátua do Anjo Gabriel

¹² É importante destacar que mesmo antes da indicação do Szálasi ao poder, as deportações de judeus húngaros já tinham começado, entre os meses de abril e julho de 1944, mas que Horthy interrompeu elas diante do escândalo internacional; contudo, essas primeiras deportações não incluíam a população judia de Budapeste. Somente quando o Szalasi tomou o poder, as deportações e os massacres foram reiniciados – e aí sim, os judeus de Budapeste foram incluídos.

¹³ Considerando que Horthy foi um conservador empedernido e que foi apoiado pela grande maioria dos grupos de direita e extrema-direita da Hungria, seu regime pode ser considerado muito mais um predecessor do regime de Orbán do que do governo de Ferenc Gyurcsány.

¹⁴ Uma inscrição sobre a estátua afirma, em húngaro: “Memorial das Vítimas da Ocupação Alemã”.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

(usado aqui como símbolo da Hungria, embora seja um símbolo um tanto incomum e obscuro); a mensagem disso é bastante clara: a Hungria, e por extensão Horthy, são reconstruídos como vítimas da agressão germânica, e o sofrimento do país como um todo é equiparado ao de sua população judaica.

É importante notar que, durante seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro, entre 1998 e 2002, Orbán também tomou medidas para minimizar o papel de Horthy e de sua administração no Holocausto, evitando criticá-lo (Dempsey, 2012; Verseck, 2012). Um exemplo disso foi que o reconhecidíssimo¹⁵ Museu da Casa do Terror, de Budapeste, estabelecido pelo Fidesz em 2002, minimizou o papel de Horthy nas atrocidades sofridas pela população húngara antes e durante a Segunda Guerra Mundial, atribuindo em grande parte a culpa ao partido Arrow Cross de Szálasi, e apresentou os crimes cometidos durante a era comunista como sendo iguais ou até maiores do que os crimes cometidos durante o Holocausto (Gerner, 2006, p. 102–104).

Porém, foi em 2010 que a abordagem de Orbán para com as ofensas de Horthy passou de minimizar seus crimes (o que ainda implicava certa culpa) para uma limpeza e reabilitação da imagem de Horthy. A estátua em Szabadság Tér não pode ser descolada desse movimento expresso no preâmbulo da constituição, já que ambos contribuem para a criação de um entendimento revisionista da história. De fato, elas acabam construindo uma ideia de que a nação húngara não pode ser responsabilizada pelos crimes cometidos em seu território durante a Segunda Guerra Mundial, o que por sua vez permite que Horthy seja concebido como um líder nacionalista e corajoso que desafiou Hitler e defendeu a Hungria e os judeus que ali habitavam o máximo possível (Jenne, 2016, p. 11-12).

Da maneira que Juntunen e Skinner descrevem e, de forma similar aos discursos de Orbán e do Fidesz sobre Trianon, o que temos aqui é uma abordagem paracrônica, ignorando as especificidades dos contextos nos quais Horthy e seu regime estariam localizados historicamente, tudo isso para servir aos interesses do governo húngaro atual. Mais uma vez, convém destacar que isso se relaciona aos esforços do governo para recriar a dicotomia “populista-urbanista” e transportá-la para o século XXI. Durante os anos entre guerras, Horthy era visto como um “antídoto” contra os “urbanistas”¹⁶, tendo conseguido restaurar parte do país após o caos decorrente da experiência imediata do pós-Primeira Guerra. Durante o seu governo, a estabilidade do regime havia sido restaurada e parte das fronteiras anteriores à Primeira Guerra estavam sendo consolidadas graças às alianças que ele promovera com Hitler e Mussolini. Assim, do ponto de vista do Fidesz, Horthy serve como uma analogia útil (ou até mesmo um predecessor) para as dificuldades e conquistas do governo atual.

Orbán também é apresentado como “antídoto”, o que eles caracterizam como administração ‘urbanista’ fraca e incompetente de Ferenc Gyurcsany¹⁷ – e a elite liberal de

¹⁵ Entre outras distinções, o Museu da Casa do Terror foi reconhecido como membro da Plataforma da Memória e da Consciência Europeia pela própria União Europeia (Platform of European Memory and Conscience, 2018).

¹⁶ De acordo com Balogh (2011), Horthy foi duramente criticado em sua época pelos intelectuais do campo “populista”, que naquele período eram considerados de esquerda; ela observa, contudo, que na era moderna, os herdeiros do manto do “populismo” agora são predominantemente de direita e que o Fidesz é parte integral desse grupo.

¹⁷ A ascensão de Orbán ao cargo de Primeiro Ministro, nas eleições de 2010, ocorreu com o fim dos oito anos de governo do Partido Socialista Húngaro. Esses foram anos marcados por problemas econômicos, com o país vivenciando crises deficitárias entre 2002 e 2006, que por sua vez foram seguidas de uma das mais severas recessões da União Europeia diante da crise de 2008. Além disso, protestos massivos e contínuos foram cada vez mais frequentes nas grandes cidades após 2006, quando vazou o “discurso de Balaton”, do Primeiro Ministro



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Budapeste de forma mais ampla – que está constantemente em busca de uma solução para a questão de ‘Trianon’ que permita a restauração do orgulho e honra húngaros. Como foi observado anteriormente, a sugestão de restauração dos territórios anteriormente controlados pelo Reino da Hungria é geopoliticamente impossível e já foi totalmente rejeitada pelos países que seriam afetados. No entanto, a engenhosidade das abordagens de Orbán reside precisamente no fato de que ‘Trianon’ nunca pode ser resolvido; seu público-alvo não é externo, mas interno. Assim, ao se engajar em uma batalha perpétua para restaurar a honra perdida do país, ele continua a reconstruir o trauma de Trianon, enquanto também consolida sua imagem como o trágico salvador nacional (de maneira semelhante a como o ‘culto de Horthy’ do período entre guerras foi usado para enaltecer e legitimar a posição de Horthy como o salvador militar heroico tentando resolver Trianon).

Conclusão: os usos de “Trianon” e “Horthy”

A análise apresentada acima mostrou que Viktor Orbán tem buscado explorar diferentes correntes da história nacionalista húngara através da manipulação e historicização das percepções sobre a experiência do país durante os anos entre guerras, e então usar essas interpretações como analogias implícitas e explícitas, além de lições para as ações contemporâneas de seu governo. Através dessas abordagens, Trianon é construído como um evento incontestavelmente traumático, que afetou fundamental e negativamente a ‘verdadeira’, não urbanista nação húngara como um todo, e que exige restituição (mesmo cem anos depois). Enquanto isso, Horthy é reconstituído como um corajoso defensor da verdadeira nação húngara e dos interesses nacionais húngaros, que buscou fornecer essa restituição e restaurar a estabilidade ao país, mas foi tragicamente desfeito pela ocupação do país pela Alemanha em 1944. Dessa forma, ele se torna o predecessor espiritual de Orbán, que igualmente resgatou a Hungria do abismo da instabilidade econômica e política causada no país, e que também lutou contra odds esmagadores e adversários estrangeiros para alcançar uma solução sustentável para o trauma de Trianon. Assim, o governo de Orbán é revestido de uma fachada de nobreza como as ações do salvador mítico da nação, que busca desinteressadamente restaurar a dignidade e o orgulho húngaros.

Há vários propósitos para o uso dessas estratégias discursivas. Em primeiro lugar, como mencionado anteriormente, o Fidesz e Orbán funcionam como portadores do desenvolvimento e elaboração do trauma cultural associado a Trianon. Isso lhes permite se apresentar como os guardiões dos interesses da nação húngara mais ampla (em vez de meramente serem os líderes do estado húngaro). Assim, o Fidesz e Orbán se tornam análogos à própria Hungria – à ‘verdadeira’ Hungria, isto é. Suas políticas mais nacionalistas (como a Lei da Cidadania ou o Dia da Unidade Nacional) se tornam partes inerentes e indiscutíveis da cultura e nacionalidade húngaras. Usando essa construção, eles podem afirmar ter dado passos decisivos para curar o ‘trauma’ do país (pelo qual eles próprios são amplamente responsáveis por elaborar). Além disso, isso lhes permite desviar qualquer crítica de atores internacionais, como a UE, ou da sociedade civil indígena sobre outros aspectos de sua ‘virada illiberal’, alegando que essas críticas são ataques à própria Hungria (em vez de apenas ataques ao governo do país) por potências estrangeiras e seus

Ferenc Gyurcsány, para a imprensa. No discurso, ele admitia que o governo socialista havia mentido para o povo húngaro sobre a gravidade dos problemas econômicos do país.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

representantes domésticos (Jenne; Mudde, 2012, p. 153; Hodonyi; Trüpel, 2013; Saltman; Herman, 2013). Como resultado, os movimentos de oposição se veem deslegitimados e privados de recursos, enquanto os críticos do regime na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu encontram suas críticas inadvertidamente reforçando as narrativas do Fidesz, e assim consolidando o domínio do partido sobre a sociedade húngara.

No entanto, este é apenas um aspecto dessas estratégias narrativas, e representa apenas uma função da abordagem de Fidesz e Orbán. Um ponto muito mais importante a considerar é quem são os públicos-alvo dessas narrativas e qual é a mensagem que está sendo comunicada. Na verdade, essas mensagens provavelmente não estão sendo criadas com o propósito de comunicar a Hungria para o mundo exterior e não têm a intenção de expandir majoritariamente a base de eleitores do Fidesz ou de contrabalançar as críticas da esquerda. Tampouco é provável que estejam focadas em mudar a opinião das pessoas sobre o legado histórico de Horthy. Em vez disso, essas narrativas são mais voltadas para os nacionalistas de direita no país, muitos dos quais já viam Horthy como uma figura corajosa e trágica. Assim, ao buscar reconstruir a imagem de Horthy no período entre guerras como o herói militar virtuoso que buscava guiar a nação através de um momento particularmente turbulento em sua história, Orbán legitima a admiração que essas pessoas têm por Horthy. Ao fazer isso, ele cria afinidades entre Orbán e a direita nacionalista no país, e remove um potencial obstáculo à sua absorção em sua coalizão mais ampla de eleitores.

Ao buscar reabilitar a imagem de Horthy (pelo menos do ponto de vista oficial do governo estatal e não do ponto de vista acadêmico) e resolver o trauma contínuo associado ao tratado de Trianon, Orbán se alinha firmemente com o segmento 'populista' da sociedade húngara. Isso então serve para criar uma imagem da nação húngara que é excludente tanto para as pessoas à esquerda quanto para os agrupamentos políticos à direita do espectro político. Os 'verdadeiros' húngaros encontram sua única representação no Fidesz e em Orbán. Enquanto isso, os partidos de oposição de esquerda e os ativistas da sociedade civil se tornam a encarnação moderna da divisão urbanista e são mais facilmente atacados como agentes da perversão da vontade geral da nação, que poderiam impedir a resolução do trauma de Trianon se pudessem. Por outro lado, o partido Jobbik (especificamente) também é excluído. Ao apropriar-se do legado de Horthy para si mesmo, Orbán consegue antecipar o Jobbik e forçá-los a aceitar o manto de herdeiros dos fascistas da Cruz Flechada de Szálasi ou (como aconteceu) a se moverem em direção ao centro político e longe da direita. Assim, enquanto o predecessor espiritual de Orbán é reconstruído como um líder corajoso e honrável e defensor da nação, o Jobbik (involuntariamente) se torna sucessor de um grupo que eventualmente traiu a Hungria e colaborou com seus inimigos ou, efetivamente, urbanistas. Isso ajuda na consolidação da base eleitoral do Fidesz e impede que seu apoio seja corroído por qualquer pessoa ainda mais à direita no espectro político.

Através disso, é possível ver como o Fidesz e Orbán usam abordagens parciais e paracronísticas da história húngara como uma ferramenta discursiva para legitimar e consolidar seu governo sobre a Hungria. Ao construir um 'trauma cultural' que foi sofrido pelo povo húngaro como resultado do Tratado de Trianon, eles podem posteriormente reivindicar crédito por terem tentado resolvê-lo através de medidas como a Lei da Cidadania e o Dia da Unidade Nacional; isso pode ser constantemente reciclado, já que, pela sua própria natureza, Trianon nunca pode ser totalmente resolvido. Assim, políticas relacionadas à reparação do trauma podem ser continuamente introduzidas e reivindicadas internamente



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

como passos em direção à redenção final da honra nacional da Hungria, sem jamais remover verdadeiramente o espectro de Trianon da vida húngara. Ao reivindicar o legado de Horthy, Orbán pode garantir que ele sozinho colha as recompensas eleitorais dessas estratégias, enquanto reforça sua imagem como o líder forte e determinado tragicamente atacado por adversários domésticos e estrangeiros. De forma ampla, então, a estratégia gira em torno da ressuscitação da divisão ‘populista-urbanista’ dos anos entre guerras na década de 2010 e garantir que o Fidesz, e somente o Fidesz, possa reivindicar ser o ‘verdadeiro’ representante e herdeiro da tradição populista. Dessa forma, as abordagens do Fidesz e Orbán descritas neste documento parecem ter sido amplamente bem-sucedidas até agora e têm sido uma parte importante da ‘virada illiberal’ da Hungria pós-2010.

Referências

ARTIGO DE PERIÓDICO

BOZÓKI, András. Occupy the State: The Orbán Regime in Hungary. **Debate: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe**, v. 19, n. 3, p. 649–663, 2011.

BROWNING, Christopher S. Coming Home or Moving Home? “Westernizing” Narratives in Finnish Foreign Policy and the Reinterpretation of Past Identities. **Cooperation and Conflict**, v. 37, n. 1, p. 47–72, 2002.

ESBENSHADE, Richard S. Symbolic Geographies and the Politics of Hungarian Identity in the “Populist-Urbanist Debate”, 1925–44. **Hungarian Cultural Studies**, v. 7, p. 177–197, 2014.

FEMIA, Joseph V. An Historicist Critique of “Revisionist” Methods for Studying the History of Ideas. **History and Theory**, v. 20, n. 2, p. 113–134, 1981.

GRESKOVITS, George. Re-presenting Moral Ambivalences: Narratives of Political Monologue Regarding András Hegedűs and Pál Teleki. **European Review of History: Revue Européenne d’histoire**, v. 19, n. 5, p. 749–766, 2012.

HOBSON, John M.; LAWSON, George. What Is History in International Relations? **Millennium: Journal of International Studies**, v. 37, n. 2, p. 415–435, 2008.

JENNE, Erin K.; MUDDE, Cas. Hungary’s Illiberal Turn: Can Outsiders Help? **Journal of Democracy**, v. 23, n. 3, p. 147–155, 2012.

JUNTUNEN, Tapio. Helsinki Syndrome: The Parachronistic Renaissance of Finlandization in International Politics. **New Perspectives**, v. 25, n. 1, 2017.

KOVÁCS, Henriett; MINDLER-STEINER, Ursula K. Hungary and the Distortion of Holocaust History: The Hungarian Holocaust Memorial Year 2014. **Politics in Central Europe**, v. 11, n. 2, p. 49–72, 2015.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

LAZAROMS, Ilse Josepha; GIOIELLI, Emily R. The Politics of Contested Narratives: Biographical Approaches to Modern European History. **European Review of History: Revue Européenne d'histoire**, v. 19, n. 5, p. 653–658, 2012.

MUELLER, Jan-Werner. The Hungarian Tragedy. **Dissent**, v. 58, n. 2, p. 5–10, 2011.

RUPNIK, Jacques. How Things Went Wrong. **Journal of Democracy**, v. 23, n. 3, p. 132–137, 2012.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969.

SZTOMPKA, Piotr. Cultural Trauma: The Other Face of Social Change. **European Journal of Social Theory**, v. 3, n. 4, p. 449–466, 2000a.

SZTOMPKA, Piotr. The Ambivalence of Social Change: Triumph or Trauma? **Polish Sociological Review**, n. 131, 2000b.

CAPÍTULO DE LIVRO

ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey C.; EYERMAN, Ron; GIESEN, Bernard; SMELSER, Neil J.; SZTOMPKA, Piotr (Orgs) **Cultural Trauma and Collective Identity**. Berkeley: University of California Press, 2004, p. 1–30.

BIRÓ NAGY, András; BOROS, Tamás; VASALI, Zoltán. More Radical Than the Radicals: The Jobbik Party in International Comparison. In: MELZER, Ralf; SERAFIN, Sebastian (Orgs.). **Right-Wing Extremism in Europe: Country Analyses, Counter-Strategies and Labor-Market Oriented Exit Strategies**. Berlin: Friedrich Ebert Stiftung, 2013. p. 229–253.

BILESEMANN DE GUEVARA, Berit. Myth in International Politics: Ideological Delusion and Necessary Fiction. In: GUEVARA, Berit Bliesemann (Org.). **Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

GERNER, Kristian. Between the Holocaust and Trianon: Historical Culture in Hungary. In: DAVIES, Martin L.; SZEJNMANN, Claus-Christian W. (Orgs). **How the Holocaust Looks Now: International Perspectives**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 97–106.

JENNE, Erin K. **How Populist Governments Rewrite Sovereignty and Why**. 2016. Disponível em: <https://www.ceu.edu/sites/default/files/attachment/event/15587/erinjennepolberg-consec-2016.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

ROMSICS, Ignác. Changing Images of Miklós Horthy. In: HALMESVIRTA, Anssi (ed.). **Cultic Revelations: Studies in Modern Historical Cult Personalities and Phenomena**. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2009. p. 93–115. Disponível em:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

https://jyx.jyu.fi/dspace/bitstream/handle/123456789/23081/spectrum_hun_4.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 maio 2018).

DOCUMENTO

CONSTITUTE PROJECT. **Hungary's Constitution of 2011 with Amendments Through 2013.** 2013. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Hungary_2013.pdf?lang=en. Acesso em: 14 out. 2017.

KÖVÉR, László; SEMJÉN, Zsolt. **Office of the National Assembly: Of the Testimony to National Unity.** 2010. Disponível em: http://lapa.princeton.edu/hosteddocs/hungary/2082_Trianon_Law_060410_EN1.pdf. Acesso em: 02 out. 2017.

PLATFORM OF EUROPEAN MEMORY AND CONSCIENCE. Members. 2018. Disponível em: <https://www.memoryandconscience.eu/members2017/>. Acesso em: 29 abr. 2017.

LIVRO

ALEXANDER, Jeffrey C. **Trauma: A Social Theory**, Cambridge: Polity Press, 2012.

HOENSCH, Jörg K. **A History of Modern Hungary, 1867–1994**. London: Longman Group, 1996.

KONTLER, László. **A History of Hungary: Millennium in Central Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

LENDVAI, Paul. **The Hungarians: 1,000 Years of Victory in Defeat**. London: Hurst and Company, 1999.

MOLNÁR, Miklós. **A Concise History of Hungary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLTAY, Edith. **Fidesz and the Reinvention of the Hungarian Center-Right**. Budapest: Századvég Kiadó, 2013.

ORMOS, Mária. **Hungary in the Age of the Two World Wars**. New Jersey: Atlantic Research and Publications Ltd., 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **The Emancipated Spectator**. London: Verso Books, 2009.

ROMSICS, Ignác. **Hungary in the Twentieth Century**. Budapest: Corvina Books, 1999.

MAGAZINES E JORNAIS



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

AMERICAN HUNGARIAN FEDERATION. **Former Prime Minister Viktor Orbán Visits Cleveland to Help Commemorate the 1956 Hungarian Revolution.** 2004.. Disponível em: http://www.americanhungarianfederation.org/news_orban.htm. Acesso em: 11 set. 2017.

BALOGH, Eva S. **Today's "Right" and Its Antecedents.** 2011. Disponível em: <https://hungarianspectrum.wordpress.com/2011/11/06/todays-right-and-its-antecedents/>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BALOGH, Eva S. **Orbán's Opinion, Miklos Horthy Was an Exceptional Statesman.** 2017a. Disponível em: <http://hungarianspectrum.org/2017/06/21/in-orbans-opinion-miklos-horthy-was-an-exceptionalstatesman/>. Acesso em: 15 set. 2017.

BALOGH, Eva S. **A New Declaration of War: Justice for Hungary!** 2017b. Disponível em: <http://hungarianspectrum.org/2017/06/04/a-new-declaration-of-war-justice-for-hungary/>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Bitter Hungarians Recall Trianon.** 2000. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/monitoring/media_reports/777320.stm. Acesso em: 11 set. 2017.

DEUTSCHE, Welle. **Moving Right in Hungary.** 2013. Disponível em: <http://www.dw.de/moving-right-inhungary/a-16563266>. Acesso em: 02 maio 2018.

DUNAI, Marton; KORAYI, Balazs. **Hungary Raids NGOs, Accuses Norway of Political Meddling.** 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-hungary-norway-funding-ngo/hungary-raidsngos-accuses-norway-of-political-meddling-idUSKBN0ED1QW20140602?feedType=RSS>. Acesso em: 26 abr 2018.

THE ECONOMIST. **Viktor Orban, an Assertive Hungarian (28/02/2002).** 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/node/1011129>. Acesso em: 11 set. 2017.

EURACTIV. **Controversial Monument Divides Hungarians, Angers Jewish Community.** 2014. Disponível em: <http://www.euractiv.com/sections/central-europe/controversial-monument-divides-hungariansangers-jewish-community-303656>. Acesso em: 26 abr. 2018.

GARDNER, Andrew. **Orbán to Ukraine: Give Hungarians Autonomy.** 2014. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/orban-to-ukraine-give-hungarians-autonomy/>. Acesso em: 03 dez. 2017.

NOLAN, Daniel. **Hungary Government Condemned over Anti-immigration Drive.** 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jul/02/hungary-government-condemned-over-antiimmigration-drive>. Acesso em: 01 maio 2018.

SCHULTHEIS, Emily. **How Hungary's Far-Right Extremists Became Warm and Fuzzy.** 2018. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2018/04/06/how-hungarys-far-right-extremists-became-warm-and-fuzzy/>. Acesso em: 27 abr. 2018.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

TÓTH, Csaba Tibor. **Hungarian Far Right Pushes Moderate Image - and Wins.** 2018. Disponível em: <http://www.dw.com/en/hungarian-far-right-pushes-moderate-image-and-wins/a-18378981>. Acesso em: 02 maio 2018.

TRAUB, James. **Hungary's 500-Year-Old Victim Complex.** 2015. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2015/10/28/hungarys-500-year-old-victim-complex-nazis-habsburgs/>. Acesso em: 02 maio 2018.

VERSECK, Keno. **“Creeping Cult”**: Hungary Rehabilitates Far-Right Figures. 2012. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/europe/right-wing-extremists-cultivate-horthy-cult-in-hungary-a-836526.html>. Acesso em: 02 maio 2018.

ZALAN, Eszter. **Orbán Upsets Neighbours by Call for Hungarian Minority Self-Rule.** 2014. Disponível em: <https://euobserver.com/foreign/124145>. Acesso em: 03 dez. 2017.

SITES

EGRY, Gábor. **Towards a Social History of Trianon and Its Aftermath.** 2012. Disponível em: http://www.imre-kertesz-kolleg.uni-jena.de/fileadmin/imre-kertesz-kolleg/Portal/Egry_Gabor_Towards_a_Social_History_of_Trianon_and_its_Aftermath.pdf. Acesso em: 26 abr. 2018.

HODONYI, Robert; TRÜPEL, Helga. **Together Against Orbán**: Hungary's New Opposition. 2013. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2013-03-22-hodonyi-en.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

LACZÓ, Ferenc. **The “Trianon” Debate in the Hungarian Left-Liberal Weekly Élet és Irodalom.** 2011. Disponível em: <http://www.imre-kertesz-kolleg.uni-jena.de/index.php?id=414>. Acesso em: 26 abr. 2018.

DEMPSEY, Judy. **Orban Has Gone Too Far.** 2012. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=48892>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JOBBIK. **Gábor Vona Re-elected as the President of the Jobbik Party.** 2012. Disponível em: http://www.jobbik.com/gabor_vona_re-elected_president_jobbik_party. Acesso em: 26 abr. 2018.

JOBBIK. **Horthy's Statue Was Unveiled in Budapest City Center.** 2013. Disponível em: http://www.jobbik.com/horthys_statue_was_unveiled_budapest_city_center. Acesso em: 26 abr. 2018.

NOVAK, Benjamin. **János Lázár Accuses Norway of Interfering in Hungary's Domestic Affairs.** 2014. Disponível em: <http://budapestbeacon.com/featured-articles/janos-lazar-accuses-norway-of-interferingin-hungarys-domestic-affairs/>. Acesso em: 26 abr. 2018.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

NOVAK, Benjamin. **Hungary Fears Immigration May Lead to Another Trianon**. 2015. Disponível em: <https://budapestbeacon.com/hungary-fears-immigration-may-lead-to-another-trianon/>. Acesso em: 09 out. 2017.

ORBÁN, Viktor. **Viktor Orbán's Speech on the Anniversary of the 1848 Revolution**. 2017. Disponível em: <http://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/viktor-orban-s-speechon-the-anniversary-of-the-1848-revolution>. Acesso em: 09 out. 2017.

SALTMAN, ErinMarie; HERMAN, Lisa. **Hungary versus Europe**. 2013. Disponível em: http://www.policynetwork.net/pno_detail.aspx?ID=4436&title=Hungary-versus-Europe. Acesso em: 14 nov. 2017.

SCHLEIFER, Yigal. **Hungary at the Turning Point: How Prime Minister Viktor Orbán and His Populist-Right Party Is Slowly Destroying His Country's Democracy**. 2014. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/moment/2014/10/viktor_orban_s_authoritarian_rule_the_hungarian_prime_minister_is_destroying.html. Acesso em: 18 set. 2017.

TURBUCZ, David. **The Horthy-Cult, 1919 - 1944**. 2014. Disponível em: <http://eklektika.ektf.hu/dsr/access/6b3a1042-6616-427f-b633-3c324dda2440>. Acesso em: 01 maio 2018.

Notas de autoria

Michael Toomey é professor de Política e Relações Internacionais na Universidade de Glasgow. Ele possui doutorado em Temas Globais na Universidade Rutgers (2015). O professor exerceu a docência nas universidades de Aberystwyth, Reading, Limerick e Wenzhou-Kean. Ele atualmente é professor de Defesa da Democracia na União Europeia, Direitos Humanos na Política Global e Relações Internacionais. Fonte: <https://theconversation.com/profiles/michael-toomey-1397424>. Acesso em 23 set 2024.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

TOOMEU, Michael. História, nacionalismo e democracia: mito e narrativa na Hungria "iliberal" de Viktor Orbán. *Sæculum – Revista de História*, v. 29, n. 50, p. 223-245, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 10/07/2024

Aprovado em 16/09/2024



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)